



**SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS – UEG
COORDENADORIA DE ENSINO
COORDENAÇÃO DE ENSINO PRESENCIAL E DE PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA**

ANTÔNIO CARLOS MORAIS JÚNIOR

**GESTÃO INSTITUCIONAL PARA TREINAMENTO DO POLICIAL NOS
MOMENTOS CRÍTICOS EM HORÁRIO DE FOLGA**

GOIÂNIA-GO

2024



**SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS – UEG
COORDENADORIA DE ENSINO
COORDENAÇÃO DE ENSINO PRESENCIAL E DE PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA**

ANTÔNIO CARLOS MORAIS JÚNIOR

**GESTÃO INSTITUCIONAL PARA TREINAMENTO DO POLICIAL NOS
MOMENTOS CRÍTICOS EM HORÁRIO DE FOLGA**

Artigo Científico apresentado como exigência parcial para aprovação do Curso de Especialização em Altos Estudos em Segurança Pública, sob a orientação do Me. Johnathan Tarley Alga dos Reis Rodrigues.

GOIÂNIA-GO

2024

GESTÃO INSTITUCIONAL PARA TREINAMENTO DO POLICIAL NOS MOMENTOS CRÍTICOS EM HORÁRIO DE FOLGA

INSTITUTIONAL MANAGEMENT FOR POLICE OFFICER TRAINING IN CRITICAL MOMENTS DURING OFF-DUTY HOURS

Antônio Carlos Morais Júnior*
Me. Johnathan Tarley Alga dos Reis Rodrigues **

Resumo: O artigo propõe a inclusão de um componente curricular nos cursos de formação da Polícia Militar de Goiás para preparar policiais para situações de risco fora do serviço, especialmente no uso de armas de fogo. Utilizando uma metodologia mista, a pesquisa coletou dados de 108 policiais do 2º Regional em Aparecida de Goiânia via Google Forms. Constatou-se que 76,9% dos policiais andam armados fora do serviço, mas 55% não se sentem preparados para isso. Além disso, 59,8% não se sentem capacitados para usar a arma de fogo fora do serviço, e 96,3% conhecem casos de policiais mortos ou feridos em folga. A falta de treinamento específico faz com que policiais morram três vezes mais em confrontos fora do serviço. O debate sobre a obrigação de agir fora do serviço é complexo e sem consenso, com a legislação sendo ambígua. A pesquisa destaca a necessidade de preparar policiais para essas situações, propondo a inclusão de um componente curricular específico para reduzir o número de mortes nessas circunstâncias.

Palavras-chave: Policial de folga; Vítima; Capacitação; Segurança Pública.

Abstract ou Resumen: The article proposes the inclusion of a curricular component in the training courses of the Military Police of Goiás to prepare police officers for risk situations outside of service, particularly regarding the use of firearms. Using a mixed methodology, the research collected data from 108 police officers from the 2nd Regional in Aparecida de Goiânia via Google Forms. It was found that 76.9% of the officers carry firearms off-duty, but 55% do not feel prepared for this situation. Additionally, 59.8% do not feel capable of using a firearm off-duty, and 96.3% are aware of cases of police officers killed or injured while off-duty. The lack of specific training contributes to police officers being three times more likely to die in confrontations off-duty. The debate about the obligation of police officers to act off-duty is complex and lacks consensus, with ambiguous legislation. The research highlights the need to prepare police officers for these situations, proposing the inclusion of a specific curricular component to reduce the number of deaths in such circumstances.

Keywords: Off-duty policeman; Victim; Improvement; Public Safety.

* Ten-Cel da Polícia Militar de Goiás. Especializando em Gerenciamento de Segurança Pública (SSP-GO/UEG) E-mail: acm.jr1983@gmail.com.

** Ten-Cel da Polícia Militar do Estado de Goiás. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Goiás, Especializado em Políticas Públicas, Mestre em Desenvolvimento Regional. Orientador do Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública (SSP-GO/UEG).

1 INTRODUÇÃO

A Lei Estadual nº 8033 de 02 de dezembro de 1975 apresenta a Polícia Militar do Estado de Goiás como uma instituição permanente e regular, destinada à manutenção da ordem pública do Estado, sendo considerada força auxiliar reserva do Exército. É hierarquicamente subordinada ao Secretário da Segurança Pública, sendo estritamente operacional nos termos do artigo 4º do Decreto-Lei Federal nº 667, de 2 de julho de 1969, e do Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R-200), aprovado pelo Decreto Federal nº 66.862, de 8 de julho de 1970.

Ainda, encontramos enumerados entre os deveres policiais militares: Art. 30. Os deveres Policiais-Militares emanam de vínculos racionais e morais que ligam o Policial-Militar à comunidade estadual e à sua segurança, e compreendem, essencialmente: I - **a dedicação integral** ao serviço Policial-Militar e a fidelidade à instituição a que pertence, mesmo com o sacrifício da própria vida; (**grifo nosso**).

Dessa forma, o policial militar, mesmo fora de serviço, permanece vinculado à sua profissão, devido ao juramento de proteger a sociedade, mesmo com o risco da própria vida. Essa característica faz com que muitos policiais intervenham em situações de risco mesmo durante suas folgas, o que contribui significativamente para o número elevado de mortes nessa circunstância.

Mello (2015), pesquisou sobre as mortes de policiais militares e concluiu que morrem mais policiais de folga do que em serviço, sendo constatado que, a maioria das técnicas, procedimentos e comportamentos apreendidos nos cursos de formação e especialização não se aplicam a esta situação. Ainda segundo o referido autor, todo treinamento aprendido, tem pouca aplicabilidade no cenário onde ele será morto ou ferido.

A farda desempenha um papel fundamental na relação entre o policial e a sociedade. Ela não só identifica o agente como representante do Estado, mas também confere ao cidadão a segurança jurídica de que aquele profissional age em nome da lei, guiado por normas que visam o bem coletivo. Porém, fora de serviço, essa dinâmica se altera profundamente, já que o policial, em trajes civis, muitas vezes se torna indistinguível de qualquer outra pessoa.

O Manual de Procedimento Operacional Padrão (POP) da PMGO, atualmente na sua 4ª edição – 3ª revisão, nos brinda com o Processo 305 que trata de situações nas quais o policial militar de folga se depara com ocorrência em andamento e que orienta como se deve comportar quando se deparar com a situação que envolve terceiros, contudo, ainda é carente de regramento e substrato mínimo para orientar o policial militar que esteja diretamente

envolvido na ocorrência, como vítima da ação de infratores da lei, daí o cerne da presente pesquisa.

O aumento da violência, especialmente fora do serviço, coloca em evidência a carência de preparações específicas para a vida cotidiana dos policiais militares, com foco na sobrevivência e na redução de confrontos violentos.

Diante disso, Santos (2021) enfatiza que é importante que os policiais militares na fase de formação inicial ou continuada, sejam expostos a vários exercícios que estimulem a capacidade de reconhecer padrões para estimular a consciência situacional, como também diminuir o tempo de resposta a ações violentas.

Diante desse cenário, levanta-se a seguinte questão a inclusão de um componente curricular (disciplina) específico nos cursos de formação da Polícia Militar de Goiás pode contribuir para a preparação dos policiais militares para situações de risco fora do serviço, reduzindo assim o número de mortes nessas circunstâncias? Essa problematização busca apresentar a lacuna existente na formação dos policiais militares em relação às situações de risco enfrentadas fora do serviço,

Dessa forma, o objetivo geral do estudo é apresentar uma proposta de inclusão de um componente curricular nos cursos de formação da Polícia Militar de Goiás de forma a preparar os policiais militares para situações de risco fora do serviço. Especificamente, busca abordar sobre a vitimização policial fora do expediente e identificar a percepção dos policiais a respeito da falta de treinamento para atuar quando em horário de folga.

Para atingir os objetivos propostos, foi utilizada uma abordagem mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos, para obter uma compreensão abrangente das especificações da vitimização policial durante o período de folga. De forma quantitativa foi dado enfoque no levantamento e coleta de dados in loco junto à 2ª Regional – Aparecida de Goiânia, fazendo uma análise estatística dos dados; e, de forma qualitativa, no levantamento teórico sobre vitimização policial. A pesquisa foi definida como um estudo aplicado, com o objetivo de gerar conhecimento prático que visa resolver problemas específicos relacionados à vitimização de fóruns policiais do expediente.

O presente trabalho se justifica não só pela necessidade de preparar o policial para andar armado, quando em horário de folga, mais do que isso, treinar o militar para que ele desenvolva o controle emocional compatível e necessário para minimizar os impactos de uma experiência negativa tal qual sermos vítimas de agressões injustificadas que violam nossas garantias constitucionais. É sabido que os policiais são expostos a situações extremas de violência, tanto em serviço, quanto fora dele. O estudo de Zilli et al. (2020) revela uma

relação entre o aumento da vitimização policial e a insegurança dos agentes, que se reflete na necessidade de melhorias nas condições de trabalho e no treinamento desses profissionais.

Este trabalho pretende não apenas contribuir para a ampliação do conhecimento sobre a vitimização policial militar em Goiás, mas também fomentar um debate mais amplo sobre a formação e o aperfeiçoamento dos policiais militares, com ênfase na necessidade de garantir a proteção desses profissionais durante o horário de folga. Além disso, o estudo visa promover um debate crítico sobre a possibilidade de inserir um componente curricular nos cursos de formação dos policiais, especialmente para capacitá-los a agir de maneira correta quando forem vítimas de infração penal, violência ou desordem fora do serviço.

2 VITIMIZAÇÃO POLICIAL

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados irá abordar o alarmante crescimento nos casos de assassinato de policiais no Brasil. A iniciativa partiu do deputado federal Coronel Ulysses (União-AC), que ressaltou os dados preocupantes apresentados na 17ª edição do Anuário de Segurança Pública.

De acordo com o documento, o total de policiais mortos no país aumentou de 133 em 2021 para 173 em 2022. Um aspecto especialmente preocupante é que 70% dessas mortes ocorreram enquanto os policiais estavam de folga, evidenciando sua maior vulnerabilidade durante momentos de descanso ou fora do horário de trabalho.

Adicionalmente, a taxa de homicídios de policiais no Brasil, que é de 0,83 por milhão de habitantes, revela uma discrepância significativa quando comparada a outros países, como a Argentina (0,48) e o Reino Unido (0,014). Esses números evidenciam a urgência de implementar ações eficazes para resguardar esses profissionais e combater a violência dirigida às forças de segurança.

O debate hora proposto se faz com o objetivo de investigar os fatores responsáveis por esses altos índices e propor políticas públicas que assegurem maior proteção aos policiais, tanto durante o exercício de suas funções quanto em seus momentos de folga.

Os policiais brasileiros enfrentam um índice alarmante de mortalidade, seja durante o exercício de suas funções ou em seus momentos de folga.

Eles são vitimados tanto pela violência letal de criminosos quanto pelas consequências de doenças psíquicas relacionadas à profissão, como crises de ansiedade, síndrome do pânico, depressão e pensamentos suicidas (MIRANDA, 2016; MINAYO, ASSIS, OLIVEIRA, 2011).

Essas condições, além de serem frequentes, levam muitos agentes a tentarem, e em alguns casos a consumarem, o suicídio (MIRANDA, 2016).

Esses fatores ampliam significativamente a cifra de vitimização policial, que já era alta em 2014, com 398 militares mortos. Entretanto, não é possível determinar exatamente o real impacto desse fenômeno.

Elementos socioculturais, como o tabu que cerca o tema, a tentativa de proteger as famílias dos policiais e o preconceito institucional contra aqueles que adoecem mentalmente (MIRANDA, 2016), dificultam tanto a coleta de dados precisos quanto a elaboração de estatísticas que reflitam fielmente a gravidade do problema.

Segundo pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2015), “a percepção do risco entre esses profissionais é elevada em todos os tipos de situação: 37,1% tem medo de morrer em serviço; 32,1% fora dele; e 29,6% tem medo independente se estão em serviço, fora dele ou no exercício de outras atividades profissionais”.

Nessa esteira, a percepção do risco entre os praças da PM é permanente e coletiva devido a estratégias de enfrentamento do crime e administração dos conflitos que baseiam-se, entre outras coisas, nas prisões em flagrante e apreensão de drogas e armas (SOARES, 2015; SCHLITLLER, 2016), fato que expõe sobremaneira os praças, risco esse que “[...] mesmo se [...] combatido por medidas e regras de segurança, ele quase sempre conta com uma prevenção incompleta pela organização do trabalho” (DEJOURS, 1992, p.64).

Como citado anteriormente, a Polícia Militar de Goiás tem o Manual de Procedimento Operacional Padrão, em vigor desde 2003, que já orienta o policial, quando este de folga, a ligar no 190 e acompanhar a ocorrência a uma distância segura até a chegada de viatura. No entanto, não o capacita quando o policial se vê dentro da ocorrência.

A responsabilidade pelo fato de não se sentirem preparados para tal tarefa deve ser atribuída, em última instância, a Secretaria de Segurança Pública e ao governo do Estado, responsáveis maiores pelas instituições de segurança pública.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada na pesquisa teve o enfoque quantitativo e qualitativo, ou seja, misto, tendo em vista a necessidade de se obter a percepção dos policiais militares sobre a falta de treinamento para atuar durante o horário de folga e dados secundários sobre a percepção do risco entre esses profissionais sobre sua vulnerabilidade durante momentos de descanso ou fora do horário de trabalho.

Para efeito de estudo, foi realizada uma coleta de dados na 2º Regional – Aparecida de Goiânia, durante os dias 18 e 19 de novembro de 2024. Na abordagem quantitativa, adotou-se uma amostra aleatória simples de conglomerados. Entendo como conglomerado a unidade física (uma delegacia, academia de polícia, batalhão etc.), com o seu respectivo grupo de profissionais. Tais dados foram coletados por meio da ferramenta Google Forms, na qual participaram 108 policiais operacionais e administrativos. Não foram mencionadas restrições específicas para a participação no estudo. O critério de seleção dos participantes para o estudo foi a inclusão de policiais militares, tanto operacionais quanto administrativos, que estavam atuando no 2º Regional em Aparecida de Goiânia durante os dias 18 e 19 de novembro de 2024.

O questionário foi composto por dez questões objetivas. A participação foi voluntária e os dados foram coletados por meio da ferramenta Google Forms. Posteriormente, os dados foram recolhidos e analisados utilizando técnicas estatísticas para identificar padrões, tendências e fatores de risco associados à vitimização policial e apresentados em forma de gráficos. A combinação de métodos quantitativos e qualitativos permitiu uma análise robusta e multifacetada da vitimização policial fora do expediente, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias eficazes de prevenção e proteção dos agentes de segurança pública.

Do ponto de vista da natureza da pesquisa, trata-se de um estudo aplicado, cujo objetivo é gerar conhecimento para aplicação prática e resolver problemas específicos, no caso, visa minimizar a vitimização de policiais fora do expediente.

Utilizou-se do método hipotético-dedutivo, partindo de hipóteses levantadas na literatura existente sobre vitimização policial e, posteriormente, comprovando-as empiricamente.

Foram realizados levantamentos bibliográficos que trataram do contexto histórico e características da vitimização policial, fontes de regulamentação e legislação nacional pertinentes. Quanto aos objetivos, a pesquisa é descritiva e explicativa. Descritivo porque visa descrever as características da vitimização policial e identificar possíveis relações entre as variáveis. Explicativo porque busca aprofundar a compreensão das causas e fatores que contribuem para a vitimização dos policiais militares durante o período de folga.

O estudo se concentrará na análise de contextos situacionais, institucionais e criminais que podem ser atenuados por meio de uma formação teórica e prática que aprimora o tirocínio policial militar, propondo reformas possíveis para garantir maior segurança aos policiais fora do expediente.

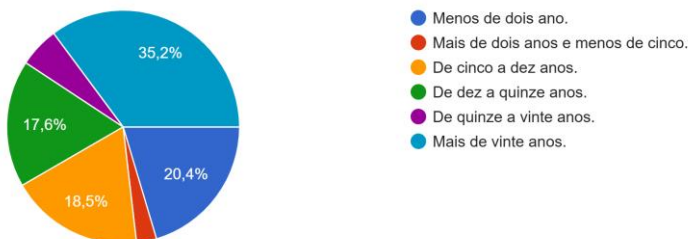
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Minayo *et al* (2007) ressalta que, para policiais militares, a percepção de risco é absoluta, onde nenhum integrante das forças militares estaduais está isento dos riscos relacionados a atividade profissional, sendo que o trajeto para o local de trabalho, as folgas e o próprio lazer geram insegurança na percepção de todos, pois gera uma oportunidade de serem reconhecidos a qualquer momento.

A seguir apresenta-se os resultados encontrados a partir da pesquisa realizada na 2ª Regional – Aparecida de Goiânia, durante os dias 18 e 19 de novembro de 2024, 108 policiais operacionais e administrativos participantes.

O Gráfico 1 foi elaborado com o intuito de identificar o tempo de serviço dos policiais. O objetivo dessa pergunta é auxiliar na interpretação das respostas subsequentes e compreender o grau de instrução dos policiais mais antigos em comparação com os mais novos. As respostas indicam que mais de 50% dos respondentes estão há mais de 10 anos na Instituição.

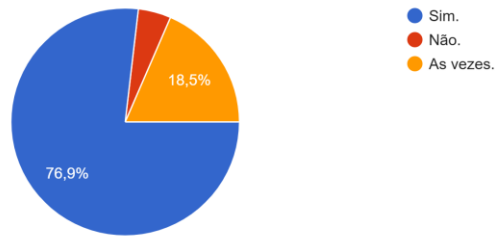
Gráfico 1. Quanto tempo você está na Instituição Polícia Militar?
108 respostas



Fonte: Autor (2024).

A pergunta abaixo busca identificar o percentual de policiais que andam armados durante o horário de folga, com 76% dos respondentes que afirmaram que sim. Essa informação é fundamental, pois esse estudo defende a necessidade de capacitar os policiais para que saibam se portar de maneira técnica quando envolvidos diretamente em ocorrências fora do horário de serviço.

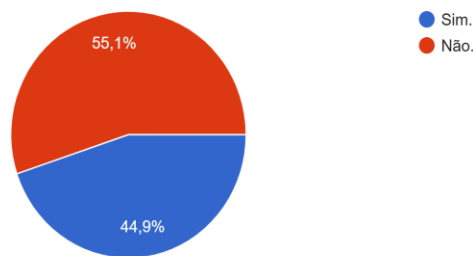
Gráfico 2. Você anda armado quando em horário de folga?
108 respostas



Fonte: Autor (2024).

Como o propósito do estudo é propor a criação de um componente curricular com conteúdo programático que possa proporcionar um nível de preparo essencial para os militares em situações cotidianas de risco em horário de folga, é importante verificar se a instituição está preparando os policiais para essa realidade. 55,1% dos respondentes responderam que não são preparados para utilizar sua arma de fogo em horário de folga.

Gráfico 3. A sua instituição te prepara para utilizar sua arma de fogo em horário de folga?
107 respostas

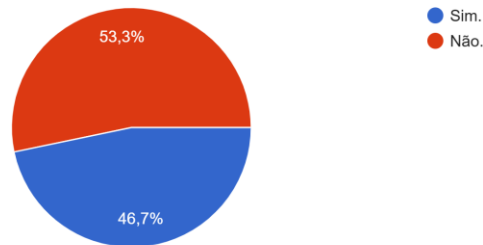


Fonte: Autor (2024).

É sabido que a arma de fogo é uma extensão do corpo para muitos policiais em seu dia-dia. A pergunta a seguir é importante para avaliar o nível de instrução que tem o policial que sempre anda armado, no entanto 53,3% dos respondentes afirmaram que não receberam alguma capacitação/formação de tiro para utilizar sua arma de fogo em horário de folga,

Gráfico 4. Você já recebeu alguma capacitação/formação de tiro para utilizar sua arma de fogo em horário de folga?

107 respostas

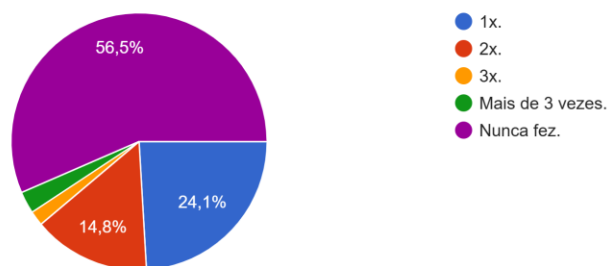


Fonte: Autor (2024).

Sabendo que a maioria dos policiais militares andam armados durante 30 anos de serviço, e depois mais o tempo da reserva remunerada, a próxima pergunta é relacionada à frequência de treinamento que é oferecido pela corporação durante esse tempo e 56,5% dos respondentes afirmaram que nunca fizeram treinamentos de tiro simulando estar em horário de folga.

Gráfico 5. Quantas vezes a sua instituição fez treinamentos de tiro simulando estar em horário de folga?

108 respostas

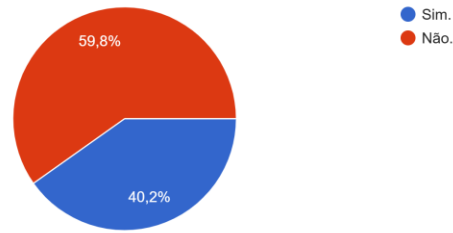


Fonte: Autor (2024).

No intuito de avaliar se a capacitação oferecida para os policiais quanto a utilização de sua arma de fogo em horário de folga, procurou-se identificar como o militar se sente com as instruções oferecidas na sua capacitação e 59,8% responderam que não se sentem capacitados.

Gráfico 6. Você se sente 100% capacitado para utilizar sua arma de fogo em horário de folga com as instruções de sua instituição?

107 respostas

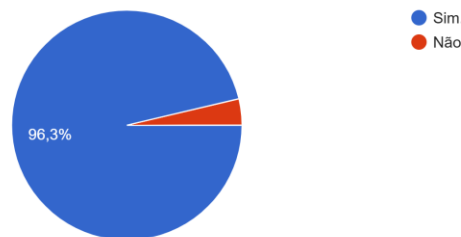


Fonte: Autor (2024).

Várias são as ocorrências envolvendo policiais militares em horário de folga com resultado de óbito ou algum ferimento. O questionamento vem para alertar da importância do treinamento para enfrentamento de situações que fogem do nosso controle. E a maioria dos respondentes com 96,3% afirmam conhecer ou ouvir falar de policial ferido ou morto utilizando sua arma de fogo em horário de folga.

Gráfico 7. Você conhece ou já ouviu falar de policial ferido ou morto utilizando sua arma de fogo em horário de folga?

108 respostas

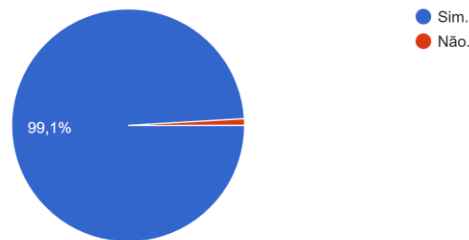


Fonte: Autor (2024).

Atualmente, a escala mais tradicional do serviço operacional é de 24x72 horas. Seguindo essa lógica o policial militar fica muito mais tempo em horário de folga onde não está identificado como representante da lei. Assim, buscamos saber se a tropa sente a necessidade de receber treinamento para saber se portar diante de uma adversidade durante as suas 72 horas e 99,1% dos respondentes afirmam que a Instituição deveria oferecer capacitação.

Gráfico 8. Considerando que ficamos mais tempo em horário de folga. Você acha que a sua instituição deveria te capacitar para isso?

108 respostas

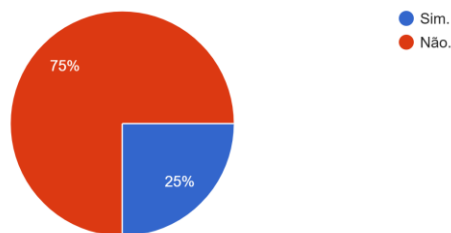


Fonte: Autor (2024).

Nos últimos anos, houve um aumento expressivo na compra de armas de fogo pela população civil. Esse crescimento revelou uma carência significativa de instrução, o que impulsionou o desenvolvimento do mercado de treinamento em tiro. Com a intenção de saber o interesse dos policiais em buscar qualificação fora da Instituição para se qualificar para o uso do seu armamento em horário de folga, 75% responderam que não fizeram nenhum curso.

Gráfico 9. Você já fez algum curso fora de sua instituição buscando se qualificar para utilização do seu armamento quando estiver em horário de folga?

108 respostas

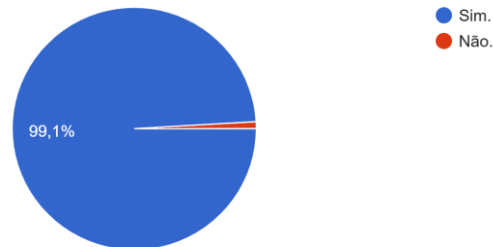


Fonte: Autor (2024).

A grande maioria dos policiais militares sabe muito bem as sequencias de ações dos mais variados procedimentos que utilizam no seu cotidiano de trabalho, isso se justifica pelo repetitivo treinamento nos cursos que fazem na academia durante sua carreira e assim realizam seu trabalho minimizando os riscos. No entanto a estatística de policiais mortos em horário de folga demonstra a importância de se ter uma disciplina na matriz curricular dos policiais para deixá-los capacitados para atuarem quando em horário de folga também.

Gráfico 10. Você considera importante que a instituição invista em treinamento do policial para utilização do seu armamento quando em horário de folga?

108 respostas



Fonte: Autor (2024).

Conclusão da Pesquisa

Constatou-se que 76,9% dos policiais andam armados quando estão em horário de folga e 55% afirmaram que a instituição não os deixou preparados para essa situação. Saliento que tempo para receber instrução tiveram pois dos 35% que responderam a enquete tem mais de 20 anos de serviço na corporação.

Tendo a arma de fogo como o principal objeto de trabalho do policial militar 99% consideram que é importante que a instituição invista em treinamentos aos policiais, assim fica alarmante que 59,8% desses policiais não se sentem capacitados para utilizar a arma de fogo em horário de folga e 96,3% conhecem ou já ouviram falar de policiais mortos ou feridos em confrontos quando em horário de folga.

Sabendo que 56% dos policiais nunca fizeram instrução simulando estar em horário de folga facilita o entendimento de que os policiais morrem 3 vezes mais em confronto quando estão de folga.

5 SUGESTÃO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA

Atualmente a Academia da Polícia Militar do Estado de Goiás ministra vários cursos, dentre eles o Curso de Formação de Oficiais – CFO e o CFP – Curso de Formação de Praças, que são as duas portas de entrada para os policiais do quadro de combatentes.

Na matriz curricular de ambos tem vários conteúdos relacionados a nossa atividade do dia-dia policial militar. No entanto não existe nenhum conteúdo programático que se trata de técnicas e táticas de atuação quando o policial se vê envolvido em uma ocorrência estando em horário de folga.

Dentro desse contexto, a criação da componente curricular tem o propósito de oferecer teoria e prática com base em estatísticas de confrontos reais, estudos de casos concretos e a instrução de comportamentos e técnicas que favorecem a segurança dos policiais.

Como já mencionado, o Procedimento Operacional Padrão da PMGO norteia os procedimentos e orienta ao policial que está de folga e se depara com uma ocorrência para que se posicione em local seguro e ligue para o tri-dígito 190, mas não tem orientações para os policiais de folga quando se veem envolvidos na ocorrência.

A sugestão primeira é a criação de uma componente curricular que oriente o policial como agir estando em horário de folga e se vê dentro de uma ocorrência. Essa componente curricular deverá abordar vários aspectos, iniciando com orientações para que o policial militar não se veja diante de situações que possam resultar na sua vitimização.

Conforme resultado da pesquisa realizada para compor esse trabalho, aponta que a maioria dos respondentes que formou ou se capacitou ou foi aperfeiçoada nos últimos 20 anos na Academia da PMGO, em algum momento, foi orientado a evitar os maus locais, as más companhias e os excessos, pois “passarinhos que andam com morcegos, acordam de cabeça para baixo”.

Tais máximas recomendam os pilares básicos da prevenção de problemas e evitam uma ampla variedade de situações que podem levar à vitimização policial militar. A necessidade em se criar uma componente curricular para minimizar a vitimização policial é de suma importância.

Atualmente, o Curso de Operações de Inteligência Policial Militar traz em seu programa o tópico do saque velado, considerando que o agente de inteligência atua reservadamente, sem a farda.

E os demais policiais militares? Ainda que optem por frequentarem os maus locais, falhem em escolher melhor as suas companhias ou sejam dados a excessos, estão devidamente preparados para resolverem uma situação crítica contra si ou contra seu próximo?

Apresenta se uma proposta de componente curricular mais prática e realista (APÊNDICE A) que pode integrar a disciplina com exercícios que simulem situações que ocorrem quando os policiais estão de folga. Ademais, esses treinos podem envolver extração rápida de armas a partir de coldres ocultos, além de técnicas de enfrentamento, como a defesa em situações de assaltos dentro de veículos.

Além da abordagem de tópicos como a escolha de equipamentos e armamentos adequados, a importância do uso do coldre, segurança e cuidados com as armas de fogo, e a preparação para defesa pessoal domiciliar.

Atualmente, grande parte dos treinamentos utiliza alvos fixos de papel, com um tempo prolongado para o disparo das armas de fogo. Contudo, tais métodos têm pouca aderência à realidade das situações cotidianas, resultando em uma eficácia limitada.

Indubitavelmente, nos é comprovado que a principal ferramenta de trabalho policial (militar, inclusive) é a arma de fogo. Afastando o maniqueísmo e as implicações normativo-legais sobre o acautelamento e o uso do equipamento, percebe-se com urgência a necessidade de instruir o policial militar sobre as maneiras tecnicamente adequadas de velar pela sua arma de fogo, sacá-la de maneira eficiente, andar com ela acondicionada em posição ergonômica e que lhe seja favorável, sem ostensividade.

Além do cuidado com o armamento e da postura e compostura esperadas de um policial militar, necessário se faz o fortalecimento de uma cultura que destaque a importância da não ingestão de bebidas alcoólicas e outras drogas que possam alterar a capacidade psicomotora do operador, quando este estiver de posse de equipamento tão letal quanto a sua arma de fogo.

Os operadores de segurança pública já tiveram lições de como sentarem de forma adequada em estabelecimentos comerciais (nunca de costas para a rua e sempre em ângulo de visão com o caixa), sempre fazer a varredura em locais onde estiver entrando, antecipar possíveis rotas de evacuação em segurança, posicionamento de extintores de incêndio e afins, mas tudo isso feito de maneira empírica, sem que de fato haja uma instrução curricular adequada sobre o assunto, que deveria ser um dos primeiros pontos em um programa de capacitação continuada, como o existente na PMGO.

Ter comportamento preventivo é a melhor opção, no entanto em alguns momentos as ações saem do controle e o policial militar ali, em horário de folga, tem que estar capacitado para um combate. Uma disciplina com conteúdo que oriente o policial a se defender em casos de um roubo à sua residência, de um roubo do seu veículo, de uma luta corporal estando armado, e outros.

É essencial que sejam discutidas estratégias para enfrentar essa realidade, reconhecer essas peculiaridades é o primeiro passo para proteger aqueles que, mesmo fora de serviço, continuam dedicados à segurança da sociedade e do Estado. Portanto a muito que percorrer na seara dos treinamentos específicos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre a obrigação de agir ou não de policiais em horário de folga é complexo e ainda não chegou a um consenso. Embora exista uma discussão sobre o "dever de agir" dos policiais, mesmo fora do horário de serviço, a legislação não é clara a respeito.

Alguns entendem que os policiais têm o dever de agir em qualquer situação de flagrante delito, independentemente de estarem de folga ou não. Já outros defendem que não há obrigação legal para os policiais agirem fora do horário de serviço.

Nesse contexto, os policiais enfrentam um dilema ético e moral quando se deparam com uma situação de flagrante delito em sua folga. Eles precisam ponderar as consequências legais e morais de sua ação ou inação, além de considerar a exposição de sua imagem e a possibilidade de perder o controle da situação.

Para resolver esse impasse, é fundamental que haja uma evolução no comportamento policial, mesclando experiências práticas e teóricas. Isso pode ser alcançado por meio de estudos científicos e da inclusão de conteúdos programáticos específicos na formação policial, abordando questões jurídicas, princípios de abordagem e formas de ação em situações de flagrante delito em folga.

Os policiais têm uma probabilidade cerca de três vezes maior de serem mortos fora do serviço em comparação com o período em que estão em função. Portanto, é essencial preparar os policiais para prevenir e reduzir o número de mortes, especialmente durante o período de folga.

Este estudo destaca a importância do tema para a Polícia Militar de Goiás, analisando inicialmente dados estatísticos sobre a elevada quantidade de mortes de policiais fora do horário de serviço. Como demonstrado na pesquisa 59,9% dos respondentes não se sentem capacitados para utilizar sua arma de fogo em horário de folga após ter recebido instruções de sua instituição.

Quanto a problemática apresentada, pode-se concluir que a inclusão de um componente curricular (disciplina) específico nos cursos de formação da Polícia Militar de Goiás pode contribuir para a preparação dos policiais militares para situações de risco fora do serviço, reduzindo assim o número de mortes nessas circunstâncias. Constatou-se também que não há uma prática de ensino que seja voltada para essa temática específica.

Portanto, fica evidente a relevância da criação e inclusão de componente curricular nos Cursos de Formação, Adaptação e Capacitação, ou até mesmo um curso extracurricular obrigatório com o objetivo de preparar os policiais para situações adversas, incorporando essa temática na matriz curricular dos cursos promovidos pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás.

7 REFERÊNCIAS

- ALCADIPANI, R. **Vitimização Policial: Uma Análise da Violência Sofrida por Policiais Militares no Brasil.** Revista Brasileira de Sicurezza Pública, v. 16, no. 2, pág. 240-263. 2. Brasil, 2014.
- ALMEIDA, JBS e SILVA, AJ. **Vitimização Policial: Diagnóstico e Perspectivas.** Revista Brasileira de Segurança Pública. Brasil, 2022.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 31 dez. 1940.
- BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** São Paulo, 2022.
- BRASIL. Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. **Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, define crimes e dá outras providências.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 2003.
- CARVALHO, M. P. **Desafios do Treinamento Policial no Brasil: Uma Análise Crítica.** Revista Brasileira de Segurança Pública, 16(1), 45-67. Brasil, 2022.
- DE MELO, J., URPIA, L. e SARTORI, F. **Fatores que Afetam o Risco da Polícia Militar de Crimes Violentos.** Revista Brasileira de Segurança Pública. Brasil, 2020.
- LIMA, R.S., et al. **Pesquisa Sobre Vitimização e Percepção de Risco.** Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasil, 2015.
- MELLO, Cesar M. A. “Mesmo com o sacrifício da própria vida”: A multiplicidade dos riscos na profissão Policial Militar. Belém, 2015.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia. **Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in) segurança pública.** Cadernos de Saúde Pública, v. 23, n. 11, 2007.
- MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. **Ser Policial é Sobretudo Uma Razão de Ser: Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Rio de Janeiro.** Tese de doutorado. IUPERJ/UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.
- NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo Penal Comentado.** 15. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2016.
- NUNES, F.B. **Letalidade e Vitimização Policial.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasil, 2018.
- RODRIGUES, F. R. **O Treinamento Policial para Situações de Folga: Uma Necessidade Urgente.** Caderno de Segurança, 10 (2), 89-101. Brasil, 2020.
- SANTOS, Irlan Massai Calaça. **Mentalidade tática policial & as quatro etapas do treinamento de alto rendimento.** 1º ed. – Juiz de Fora MG: Editora Garcia, 2021.
- SILVA, A. P., & Almeida, R. M. **O Desafio da Preparação para o Uso da Força em Horário de Folga: Uma Perspectiva Crítica.** Revista de Estudos em Segurança, 14(3), 22-38. Brasil, 2021.
- SKOLNICK, JH. **Justiça sem Julgamento: A Aplicação da Lei Numa Sociedade Democrática.** Brasil, 1966.

SOARES, Luiz Eduardo. **Por que Tem Sido Tão Difícil Mudar as Polícias?** In: Bala Perdida: A Violência Policial no Brasil e os Desafios para Sua Superação. São Paulo: Boitempo, 2015.

SOUZA, Edinilsa Ramos de. MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Sob Fogo Cruzado I: Vitimização de Policiais Militares e Civis Brasileiros.** Brasil, 2013.

APÊNDICE A – Proposta de Criação de Componente Curricular e sua inclusão nos cursos de formação da Polícia Militar de Goiás.

Tema: Sobrevivência Policial em Horário de Folga: Preparação para Situações de Risco Fora de Serviço.

1. Justificativa:

O risco de morte de policiais fora de serviço é três vezes maior do que em horário de trabalho, um dado alarmante que reflete a vulnerabilidade dos profissionais da segurança pública em suas horas de folga. No entanto, a maioria dos policiais não recebe treinamento adequado para reagir a situações de risco durante o período em que não estão no exercício de suas funções. Essa lacuna no treinamento representa um perigo não apenas para a vida dos policiais, mas também para sua capacidade de responder eficazmente a emergências.

Este componente curricular busca suprir essa lacuna, oferecendo uma abordagem prática e psicológica, com ênfase na conscientização, prevenção, técnicas de defesa pessoal e uso adequado de armamentos fora do contexto de serviço. A capacitação aborda como o policial deve se portar em situações cotidianas fora de serviço, seja no ambiente aberto, em casa ou dentro de seu veículo.

2. Objetivo Geral:

Capacitar os policiais militares para que possam reagir com segurança, eficiência e responsabilidade a situações de risco fora de serviço, abordando o uso adequado de armamentos, estratégias de defesa pessoal, e controle psicológico, com foco na prevenção de incidentes e preservação da vida.

3. Objetivos Específicos:

- 1. Capacitar para a Defesa Pessoal:** Ensinar técnicas de autodefesa em diferentes contextos, como em ambiente aberto, no carro e dentro de casa.
- 2. Preparar para o Uso Responsável da Arma Fora de Serviço:** Instruir como portar e sacar a arma de fogo de maneira segura e eficiente em situações cotidianas.
- 3. Promover Conscientização e Prevenção de Riscos:** Aumentar a percepção dos riscos diários que os policiais podem enfrentar fora de serviço e ensinar comportamentos preventivos.

4. **Treinamento Psicológico:** Preparar o policial para lidar com o fator psicológico, incluindo o controle do estresse e reações em situações de alta pressão fora de serviço.
5. **Fornecer Conhecimentos Legais:** Ensinar os limites legais e éticos do uso da força fora do horário de serviço, para garantir que o policial aja dentro da legalidade e responsabilidade.

4. Conteúdo Programático:

Módulo 1: Introdução à Sobrevivência Policial Fora de Serviço

- 1.1. Estatísticas e riscos: Por que os policiais estão mais expostos fora de serviço?
- 1.2. Fatores de vulnerabilidade no cotidiano do policial fora do serviço.
- 1.3. A importância da postura preventiva e da discricção.

Módulo 2: Fator Psicológico e Controle Emocional

- 2.1. Impacto do estresse no desempenho do policial fora de serviço.
- 2.2. Como o controle emocional pode salvar vidas: técnicas de manejo do estresse.
- 2.3. Como manter a calma e agir de forma racional sob pressão.

Módulo 3: Conscientização e Prevenção de Riscos

- 3.1. Como identificar comportamentos suspeitos em diferentes cenários.
- 3.2. Estratégias de prevenção de confrontos: como evitar situações de risco.
- 3.3. Comportamentos preventivos em ambiente aberto, em casa e no carro.
- 3.4. A importância da observação e do planejamento antes de se envolver em qualquer situação potencialmente perigosa.

Módulo 4: Defesa Pessoal em Diferentes Ambientes

- 4.1. **Defesa em Ambiente Aberto:** Técnicas de defesa pessoal para ambientes públicos, como praças, ruas e transporte público.
- 4.2. **Defesa em Casa:** Como reagir a uma invasão domiciliar, proteger sua residência e seus familiares.
- 4.3. **Defesa no Carro:** Como reagir a ameaças enquanto se está no carro, e como sair de situações de risco.

Módulo 5: Manejo e Uso de Armamento Fora de Serviço

- 5.1. Como portar a arma de fogo com segurança fora de serviço.
- 5.2. Técnicas de saque rápido e eficaz da arma, com foco em situações cotidianas de risco.
- 5.3. O uso responsável da arma em ambientes não controlados, como em veículos e ambientes públicos.

5.4. Aspectos legais do uso de força fora de serviço: limites e responsabilidades.

Módulo 6: Aspectos Legais e Éticos do Policial Fora de Serviço

6.1. A responsabilidade jurídica e ética ao reagir a situações de risco fora de serviço.

6.2. Uso da força e os limites legais em situações de confronto fora do horário de trabalho.

6.3. Procedimentos corretos após o uso da força: a importância de relatar incidentes e cumprir os protocolos legais.

6.4. Direitos e deveres do policial fora do serviço.

5. Metodologia:

- **Aulas Teóricas:** Exposição dos conceitos fundamentais sobre segurança pessoal, controle emocional, conscientização de risco e aspectos legais.
- **Exercícios Práticos:** Simulações realistas em diversos cenários (ambiente aberto, em casa, no carro), onde os policiais serão treinados em situações de risco e defesa pessoal.
- **Treinamento Psicológico:** Sessões para trabalhar o controle do estresse, técnicas de relaxamento e preparo mental.
- **Treinamento de Manejo de Armamento:** Aulas práticas sobre como portar e sacar a arma de fogo de maneira eficiente e segura, com uso de simuladores e armas de treinamento.
- **Estudos de Caso:** Análise de situações reais que ocorreram com policiais fora de serviço, buscando aprender com as experiências vividas.

6. Carga Horária:

- **Total:** 35 horas
 - **Teóricas:** 3 horas
 - **Práticas (simulações e defesa pessoal):** 30 horas
 - **Controle Psicológico e Prevenção:** 2 horas

7. Público-Alvo:

Policiais militares de Goiás, com foco na formação integral e preparação para situações cotidianas de risco fora de serviço.

8. Avaliação:

- **Avaliação Prática:** Exercícios simulados de defesa pessoal em diferentes ambientes e cenários, com foco em situações cotidianas fora de serviço (por exemplo, ameaças no carro ou em casa).
 - **Provas Teóricas:** Testes sobre legislação, técnicas de defesa, e conhecimento sobre aspectos psicológicos e legais do uso da força fora de serviço.
 - **Acompanhamento Psicológico:** Feedback individualizado sobre o controle emocional e a capacidade de tomar decisões sob estresse.
-

9. Recursos Necessários:

- Instrutores especializados em autodefesa, psicologia, e manejo de armamento.
 - Simuladores de armas de fogo, coletes, e equipamentos de defesa pessoal.
 - Espaços adequados para treinamentos práticos, incluindo ambientes fechados (simulação de casa) e abertos (ruas e carros).
 - Material didático (apostilas, vídeos explicativos, apresentações).
-

10. Conclusão:

A implementação dos conteúdos visa proporcionar um nível de preparo essencial para os policiais militares, não só para atuar com eficácia no serviço, mas também para garantir sua sobrevivência e segurança pessoal fora de serviço. Com foco na conscientização, prevenção e técnicas de defesa, os policiais estarão mais bem preparados para enfrentar situações inesperadas, mantendo sua integridade física e emocional, além de respeitar os limites legais em qualquer circunstância.